

O projeto educacional da Era Vargas e suas articulações com a nova política brasileira – 1930-1945

The educational project of the Vargas Era and their joints with the new Brazilian policy – 1930-1945

Ricardo Alexandre da Cruz

Doutorando em Educação (Sociologia da Educação) no Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade – PUC-SP;
Mestre em Educação (História da Educação) pelo mesmo programa;
Bolsista CNPq.
São Paulo, SP – Brasil
ridacruz@yahoo.com.br

Resumo

Tratarei neste texto do projeto de educação desenvolvido na Era Vargas. Buscarei mapear a articulação das reformas educacionais dos ministros Francisco Campos e, principalmente, de Capanema e a nova política do Brasil, sobretudo na sua expressão social, estabelecida por Getúlio Vargas. O que pretendo é tentar demonstrar o lugar que a educação ocupou na nova formatação política de forte apelo social implantada por Vargas durante seu governo de 1930 a 1945.

Palavras-chave: Governo Vargas. Política educacional. Reformas de ensino.

Abstract

I will deal in this text about the educational project developed in Vargas Era. I will seek to map the articulation of the educational reforms of the ministers Francisco Campos and, mainly, of Capanema and the new policy of Brazil, particularly in its social expression, established by Getúlio Vargas. I want to try to demonstrate the place that education has occupied in the new policy formatting of strong social appeal implanted by Vargas, during his government from 1930 to 1945.

Key words: Educational reform. Educational Policy. Vargas Government.

Utilizarei como base para o desenvolvimento deste artigo a “mensagem lida por Getúlio Vargas à Constituinte de 1933”. Essa mensagem é riquíssima uma vez que nela Vargas traça um quadro amplo sobre a realidade nacional, da forma que ele a percebia, e a respeito das realizações efetuadas pelo governo e aquelas que deveriam ser realizadas.

Embora a mensagem lida trate de maneira ampla de vários temas como transportes, trabalho, indústria, comércio etc., buscarei centrar-me, obedecendo aos objetivos e limites deste texto, nos pontos que tratam da educação. No entanto, o fato de centrar minhas reflexões nos itens referentes à educação não trarão prejuízo ao texto uma vez que o tema da educação está articulado, em maior ou menor grau, com os demais itens presentes na mensagem de Vargas.

Vargas, numa das primeiras falas da mensagem anuncia:

Todas as grandes nações, assim merecidamente consideradas, atingiram nível superior de progresso, pela educação do povo. Refiro-me à educação, no significado amplo e social do vocábulo: física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica e profissional [...] (VARGAS, 1933, p. 124).

É com esse tom peremptório que Vargas inicia a sua mensagem à Constituinte de 1933. Esse trecho já deixa claro a ideia de educação que será constituída e instituída em seu governo. Percebe-se o papel importante que o governo Vargas atribui à educação enquanto instrumento de modernização do país. Na verdade, a educação no governo Vargas terá a missão, bem definida, de fazer com que cada

rincão do país assimile e viva a cultura nacional baseada no amor à Igreja e à nação brasileira.

No entanto, Vargas reconhece que, apesar da educação ser um elemento essencial para que as nações obtenham progresso, muito pouco se tinha feito para o seu desenvolvimento: “[...] até agora nada temos feito de orgânico e definitivo. Existem iniciativas parciais em alguns Estados, embora incompletas e sem sistematização [...]” (VARGAS, 1933, p. 124). E continua: “A verdade é dura mas deve ser dita. Nunca, no Brasil a educação nacional foi encarada de frente, sistematizada, erigida, como deve ser, ‘em legítimo caso de salvação pública’” (VARGAS, 1933, p. 125, grifos meu).

Assim, para Vargas era necessário reconstruir a educação nacional e rever seus objetivos. Era preciso, na época da máquina, articular de maneira estratégica educação e trabalho organizado. Além de que, segundo Vargas, só a educação poderá forjar o homem que professe a cultura nacional preparado pra enfrentar os perigos das ideias contrárias à pátria e à Igreja, como o comunismo e o marxismo.

Na página 126 da mensagem, Vargas destaca qual é e será o maior esforço de seu governo: o desenvolvimento da instrução primária e profissional. Essa ideia é reveladora, pois nos permite compreender a correlação entre instrução, ensino profissional e trabalho que serão as marcas do governo getulista. Pois tanto o ensino primário quanto o profissional e o trabalho (assim como outras dimensões da vida social) são situados em uma única ideia: servir à pátria, “uma vez que são ‘matérias de salvação pública’”. Um exemplo expressivo é a concepção de trabalho, modelado no período onde trabalhar não se reduz a busca pelo “ganhar a vida”, mas reflete uma atitude (quase que apostólica) de servir à pátria.

O texto prossegue com Vargas apontando um quadro avaliativo das condições dos ensinos primário, secundário e superior. Para ele, o mau desempenho do ensino primário era devido a falta de escolas que estavam muito aquém das necessidades; o secundário falhava por ter como única meta a preparação para o ingresso nas universidades. Com isso Vargas segue apresentando uma extensa lista de medidas para a reformulação do ensino secundário.

Vargas pontua, em seu discurso, também a relação entre educação e saúde pública onde deixa claro seu entendimento de que uma e outra são correlatas e merecem solução comum. Com efeito, não é sem razão que em seu governo é criado, 1930, um único ministério para tratar dos assuntos relacionados à educação e à saúde: o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

Percebe-se pelo que foi dito que o governo Vargas para levar a cabo sua nova política educacional elaborou um amplo projeto de apoio às suas metas políticas. Um projeto que busca articular em uma só dimensão a concepção de trabalho, família e educação. Para efetivar tal proposta, Vargas reuniu, de modo estratégico, alguns expoentes da intelectualidade brasileira como Francisco Campos (1891-1968) e Gustavo Capanema (1900-1985).

Francisco Campos e sobremaneira Gustavo Capanema foram incumbidos, enquanto ministros da educação, de materializar os princípios, o conteúdo do projeto político e educacional lançado no governo Vargas.

Não pretendo aqui tratar das reformas de Campos e Capanema em si. O que almejo é apontar aquilo que elas trazem em seu bojo que as caracterizam não só como reformas educacionais, mas, também, como reformas que estavam a serviço de uma nova concepção de política social, de um movimento de nacionalização, de reorganização

de lugares sociais como a família, o trabalho e a própria educação. Reformas que são perpassadas por um projeto político que visava, entre outras coisas, a consolidação de uma unidade nacional que era compreendida como imprescindível para que o Brasil atingisse o tão alentado progresso. Nessa perspectiva, as reformas empreendidas por Campos e Capanema se inserem em um contexto muito mais amplo que é o da política nacional do período em questão do que de um movimento de mudanças educacionais intrínsecas.

Nesse sentido, a Reforma Campos de abril de 1931 é significativa por fixar “[. . .] um novo desenho para a educação nacional. A reforma instituiu, pela primeira vez no país, um sistema educacional de nível nacional que articulou e estruturou os ensinos primário, secundário e superior em novas bases [. . .]” (GOMES, 2003, p. 453).

Embora essa reforma de Francisco Campos, que almejava a construção de um sistema nacional de educação, tenha enfrentado resistências de alguns setores, principalmente da Igreja Católica e dos proprietários de colégios particulares, muito do que foi fixado na reforma de Campos em 1931 é adotado pela reforma do ensino secundário de 1942 de Capanema.

Gustavo Capanema foi sem nenhuma sombra de dúvida a peça-chave na consecução do projeto educacional da era Vargas. Capanema assume o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, em 1934, ciente pelas resistências enfrentadas alguns anos antes por Campos de que a reformulação total do sistema educacional do país não seria possível sem que seu ministério conquistasse o apoio da Igreja Católica. Assim é que se justifica e se esclarece a presença massiva da Igreja, na pessoa de Alceu Amoroso Lima (1893-1983), na formulação das pautas da reforma

Capanema. Essas pautas serão condensadas em formas de princípios e normas na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942.

Assim, é reassegurado, revalidado, o lugar da Igreja no cenário educacional brasileiro. Além disso, a Reforma Capanema define a educação nacional como o instrumento primordial para a formação do homem nacional, portador do “espírito brasileiro”.

A reforma também buscava estabelecer um sistema educacional articulado à divisão econômico-social do trabalho, isto é:

[...] a educação deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes ou categorias sociais. Teríamos assim, a educação superior, a educação secundária, a educação primária, a educação profissional e a educação feminina: uma educação destinada à elite da elite, outra para a elite urbana, uma outra para os jovens que comporiam o grande ‘exercito de trabalhadores necessários á utilização da riqueza potencial da nação’ e outra ainda para as mulheres [...] [pois] a educação deveria esta antes de tudo a serviço da nação [...] (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 205, grifo meu).

Dessa forma, é fundamental considerar a reforma do ensino secundário de 1942 para além de seus desdobramentos imediatos. Deve ser destacada, entre outros aspectos, a política nacionalista nela expressa, pois o ensino secundário além do ensino primário é concebido pela Reforma Capanema como um lugar estratégico para o desenvolvimento da “consciência humanística” e da “consciên-

cia patriótica” uma vez que elas eram percebidas como “[...] instrumentos perfeitos para a tarefa difícil de organizar o Estado e suas instituições [...]”. Tratava-se de transferir as ‘fidelidades’ familiares, locais ou regionais para a nação e para a pátria” (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 208). E ainda:

[...] a reforma do ensino secundário de 1942 ficaria em síntese caracterizada pela intenção de consolidar a escola secundária como principal instituição educacional e, através dela, formar novas mentalidades, criar uma cultura nacional comum e disciplinar as gerações para garantir a continuidade da pátria através dela, também esperava-se produzir uma nova elite para o país [...] a ela caberia a condução das massas e a ela estaria reservado o acesso ao ápice da pirâmide educacional (SCHWARTZMAN et al., 2000, p. 218).

Por conseguinte, a Reforma Capanema consolida a tendência dual da educação brasileira, isto é, um ensino secundário público para as elites e um ensino profissionalizante para as classes trabalhadoras.

Com efeito, a política educacional do governo Vargas e a sua viabilização por meio da nacionalização baseada na articulação trabalho e educação deixou marcas profundas na organização sócio-política brasileira. Por limites deste trabalho não posso fazer uma análise qualitativa mais extensa da amplitude do êxito do projeto político e educacional do período Vargas, mas é possível, como foi apontado ao longo do texto, deduzir que poucas vezes na história da educação brasileira, a educação se confundiu tanto com a política, inclusive os limites entre as metas educacionais e políticas foram tão tênues. Sendo que

[...] as políticas que trataram de educação, durante esses anos, ultrapassaram em muito as medidas voltadas para o circuito da rede escolar. Certamente, por isso mesmo, tiveram desdobramentos mais significativos, mesmo porque não era nada usual tratar o campo educacional como um campo que envolvia tanto políticas culturais (museus, subvenção a publicações), quanto políticas de educação popular em sentido amplo, como no que diz respeito à alimentação, por exemplo (GOMES, 2003, p. 445).

Enfim, parece não restar dúvida que todo projeto educacional e político, assim como outras

ações nos mais distintos setores do governo Vargas possam ser percebidas como uma tentativa expressiva pela busca de uma caracterização e consolidação definitiva de um Estado nacional brasileiro.

Referências

GOMES, Ângela de Castro. O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional. In: MAGALDI, A. M. et al. (Org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003. p. 445-462.

SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/ FGV, 2000. p. 189-219.

VARGAS, Getúlio. *A Nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, v. 1-3, 1938.

recebido em 21 set. 2010 / aprovado em 15 dez. 2010

Para referenciar este texto:

CRUZ, R. A. da. O projeto educacional da Era Vargas e suas articulações com a nova política brasileira – 1930-1945. *Dialogia*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 239-243, 2010.
